

04/06/2019 - 05:00

Redução de salário de servidor pelos Estados volta ao debate do Supremo

Por Isadora Peron e Mariana Muniz

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar nesta quinta-feira o julgamento de oito ações que questionam a constitucionalidade de quase três dezenas de artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sancionada no ano 2000. O principal debate será em torno da possibilidade de reduzir a jornada de trabalho dos servidores para que se possa diminuir os salários pagos ao funcionalismo.

O plenário da Corte começou a analisar o caso em 27 de fevereiro, mas o julgamento foi suspenso após as manifestações da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Advocacia-Geral da União (AGU).

Com Estados e municípios em crise, cresce a pressão para que os ministros do Supremo adotem uma posição que proporcione algum um alívio aos cofres públicos. Relator das ações, o ministro Alexandre de Moraes já afirmou que, apesar do atual cenário, cabe à Corte interpretar a Constituição, e não fazer o que vem sendo chamado de "jurisprudência da crise".

De acordo com o artigo 23 da LRF, Estados que comprometessem mais de 60% de suas receitas com despesas de pessoal poderiam reduzir a jornada de trabalho de funcionários públicos e cortar salários, proporcionalmente. Esse ponto, no entanto, foi suspenso em 2002 por decisão do Supremo.

Em fevereiro, quando o plenário começou a julgar o caso, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, destacou em plenário a importância da lei para garantir o equilíbrio fiscal dos entes da federação, mas defendeu a inconstitucionalidade de cinco dispositivos da norma.

Um dos artigos considerados inconstitucionais pela PGR foi justamente o 23. Segundo ela, a Constituição prevê que a redução da jornada só pode acontecer mediante consentimento do empregado. "Ineficiência do gestor não pode ser resolvida por redução de salários, não porque queiramos, mas porque a Constituição não permite", disse Dodge na época.

Outro ponto questionado na manifestação da PGR é o artigo que estabelece regras imutáveis no modo como o dinheiro público vai ser gasto, em vez de apenas estabelecer referências percentuais que podem auxiliar na gestão da coisa pública. "Agindo assim, a norma dita à entidade federada a forma como ela vai gastar seus próprios recursos, ferindo o princípio federativo", argumentou.

No polo oposto, a AGU, representada em fevereiro pela secretária-geral do Contencioso, Izabel Vinchon, defendeu a validade da medida. Segundo ela, a LRF teve efeitos "saneadores e positivos, mas é certo que a lei se encontra sem a sua plena aplicabilidade" devido aos dispositivos suspensos pelo Supremo.

"Trata-se de uma alternativa menos gravosa ao servidor público, sobretudo em momento de recessão econômica, uma vez que a demissão de servidores antigos, vinculados com frequência a regime previdenciário mais vantajoso, seguida de contratação de novos com remuneração frequentemente inferior e regime previdenciário menos vantajoso, seria inclusive mais fácil para os gestores", afirmou a AGU em memorial distribuído aos ministros do Supremo.

Ainda de acordo com a União, a limitação do empenho de outros Poderes é uma solução dada pela LRF para eventuais omissões na contenção das despesas que faz do Poder Executivo um mero aplicador da lei. "Ou seja, se o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público e demais entes autônomos não realizarem a limitação de empenho quando verificado que a

receita não comportará o cumprimento das metas de resultado, o Poder Executivo está autorizado a realizar a limitação de empenho nos moldes da Lei de Diretrizes Orçamentárias."

Apesar de estar na pauta de julgamento de quinta-feira, há a possibilidade de o debate sobre a LRF ser adiado mais uma vez, já que no dia anterior os ministros devem se debruçar sobre outra matéria complexa: a necessidade ou não da autorização do Congresso para a privatização de estatais e suas subsidiárias.

Veículo: bahia.ba	
Data: 04/06/2019	Caderno: Economia



Publicado em 04/06/2019 às 08h27.

Para baixar preço na bomba, governo pode aprovar venda direta de etanol a postos

Medida deve ser autorizada nesta terça (4) pelo Conselho Nacional de Política Energética

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), formado por ministros de Estado, se reúne nesta terça-feira (4) para avaliar a possibilidade de autorizar a venda direta de etanol pelos produtores para os postos de combustíveis, entre outras medidas relacionadas ao setor.

Segundo o jornal O Globo, essa autorização, que elimina os distribuidores da cadeia do etanol, faz parte de um plano do governo federal para aumentar a concorrência na área de combustíveis e, dessa forma, reduzir os preços ao consumidor final.

No mês passado, o CNPE já deu aval ao plano da Petrobras de vender oito de suas refinarias como forma de acabar com o monopólio da estatal no setor. O presidente Jair Bolsonaro já defendeu a venda direta de etanol aos postos.

Os preços dos combustíveis são formados por três parcelas principais: o preço da commodity (álcool ou petróleo), o repasse de impostos e as margens de lucro de distribuidores e revendedores. Segundo uma fonte técnica do setor, é nas duas últimas parcelas que o governo tenta atuar para reduzir o impacto no bolso do motorista diante das bombas.



miriam leitão

 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A questão de ter os estados e municípios na reforma tem a seguinte complexidade: na conta da redução dos gastos – R\$ 1,2 trilhão – isso não está incluído, mas se eles não entrarem o Brasil terá feito uma mudança para salvar a União, enquanto o resto do país naufraga. Há uma outra complicação. Alguns governadores falam com o governo que querem que a reforma seja entendida aos estados, mas publicamente criticam a proposta. Os deputados então se retraem porque não querem pagar sozinho o custo de apoiar uma medida impopular.

O relator da proposta, deputado Samuel Moreira, já disse mais de uma vez que a reforma tem que ser para todos os entes da federação, mas ele precisa ouvir os outros deputados, tentar convencê-los. Pode fazer um relatório apenas com suas convicções, mas se não conseguir convencer os parlamentares não vai adiantar. Deputados de vários estados começaram a propor que a reforma tirasse a aplicação automática nos estados e municípios, dado que alguns governadores não queriam brigar publicamente por ela. Ela só valeria após uma lei ordinária aprovada em cada Assembleia

Legislativa ou Câmara de Vereadores. Basta ter a maioria dos votos dos presentes depois de garantido o quorum. Mas de qualquer maneira isso iria atrasar e abrir nova frente de pressão.

O assunto foi então levado à área econômica para estudos, o que não significa que será incluído no relatório. De qualquer maneira, a informação de que isso estava sendo analisado produziu o efeito de fazer com que governadores a favor da inclusão automática dos estados se mobilizassem. Prefeitos das cidades com maiores desequilíbrios estão também procurando o governo para tratar do assunto.

Na área econômica o que se diz é que aquele valor de R\$ 1,2 trilhão não seria alterado, mas toda a lógica de um ajuste fiscal no custo das aposentadorias e pensões seria atingida. Como

Sem os estados não haverá ajuste

Uma reforma da Previdência sem os governos regionais não salvará o país do naufrágio porque estados e municípios estão em situação fiscal crítica

disse o secretário Mansueto Almeida na entrevista que me concedeu na semana passada, dois terços das aposentadorias dos estados foram concedidos para pessoas com uma média de 49 anos de idade. Ele acha, como repetiu ontem na "CBN", que se permanecer assim será impossível haver ajuste fiscal no Brasil. De qualquer maneira, no Congresso o que se diz é que o ministro Paulo Guedes teria dado sinal de que pode ceder neste ponto. Se for isso será um de-

sastre.

O que mais pesa nos estados são as aposentadorias especiais de professores e policiais. O levantamento da Consultoria Legislativa mostra que, nas 277 emendas, houve mais propostas para aumentar o tratamento diferenciado de determinadas categorias, incluindo-as nas já existentes, do que para mudar os pontos polêmicos que atingem os mais pobres. Foram 38 propostas para estender aposentadoria especial, 17 para preservar a dos professores. As emendas vão no sentido oposto ao desejado pela reforma. A questão do BPC, que tanto debate causou, recebeu nove emendas. Ontem na votação da MP do combate à fraude, houve acordo com o governo para dar mais tempo para a alteração na aposentadoria rural.

O déficit da Previdência dos estados se aproximou dos R\$

90 bilhões em 2018. Em 2014, pelos dados do economista Raul Velloso revelados pelo GLOBO, o rombo era de R\$ 47,4 bi. O problema os sufoca. São eles os responsáveis por serviços básicos como segurança, saúde e educação. Outro levantamento de Velloso revelou que em dez anos a despesa com a Previdência dos estados com servidores inativos dobrou. O ritmo é mais forte do que o registrado pela União, que viu o gasto com os aposentados do serviço público acelerar 46%.

A reforma tem que valer para a União e governos regionais. Isso é claro para quem acompanha a deterioração das contas públicas. É difícil o trabalho de dar sustentabilidade a um sistema de pensões e aposentadorias que ficou desequilibrado demais antes do tempo. Por isso esse tema é tão difícil. As pressões vêm de todos os lados, claro, mas esta é a hora do diálogo para o convencimento. A democracia exige a construção de alianças, como disse ontem, neste jornal, o deputado Rodrigo Maia. Se a equipe econômica aceitar a retirada dos estados só porque não está na conta do que será poupado, estará cometendo um erro enorme.

Força-tarefa da Previdência



Moreira, Azambuja, Dória, Leite e Carlos Sampaio: governadores e líderes tucanos defendem inclusão de estados na proposta

Das agências

REPORTAGEM
redacao@redebahia.com.br

Maia e relator tentam manter os estados na PEC e acelerar reforma

Em movimento simultâneo, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o relator da reforma da Previdência na comissão especial criada na Casa para analisar a proposta, Samuel Moreira (PSDB-SP),

entraram em campo ontem para tentar garantir sua aprovação até o início de julho. O foco dos dois parlamentares é eliminar o quanto antes entraves que ainda impedem a construção de maioria segura a favor da proposta.

Entre os quais, a inclusão de estados e municípios na reforma, ponto que encontra divergência entre dezenas de parlamentares. Para Moreira, não há caminho melhor do que a manutenção de ambos no projeto apresentado pelo governo Jair Bolsonaro (PSL). "Existem várias alternativas sendo estudadas, mas eu diria que não há qualquer alternativa melhor do que mantermos os estados e municí-

plos nesta reforma. Precisamos resolver isso ao mesmo tempo e de maneira rápida", afirmou o relator da Nova Previdência.

A declaração de Moreira foi feita em pronunciamento conjunto com governadores de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, respectivamente, os tucanos João Dória, Reinaldo Azambuja e Eduardo Leite, que defenderam a manutenção dos estados na proposta e disseram não ter plano B caso o ponto seja retirado. "Queremos construir um relatório que possa ser aprovado. Lógico que haverá alterações, todo deputado tem direito, mas queremos construir

maioria antes de apresentar o texto", disse Moreira.

Segundo ele, a ideia é que o relatório seja apresentado depois de amanhã ou até a próxima segunda. Se o Congresso retirar os estados e municípios da reforma, governadores e prefeitos teriam que votar leis próprias em suas respectivas assembleias e Câmara de Vereadores, o que aumentaria, em tese, o desgaste político.

A preocupação dos parlamentares de partidos do centro é que, ao incluir os estados na reforma, eles perderiam popularidade em suas próprias bases, enquanto governadores de oposição, que mantêm discurso contrário à

proposta, manteriam capital político e, ao mesmo tempo, se beneficiariam financeiramente com a aprovação das mudanças na Previdência estadual. "Há uma polêmica. É preciso que haja um trabalho de convencimento", emendou Moreira.

PRAZOS E COSTURAS

Logo após o pronunciamento do relator da proposta, o presidente da Câmara estimou que a Casa deve aprovar a reforma da Previdência no fim de junho ou início de julho. Rodrigo Maia informou que está, inclusive, cancelando viagens de parlamentares programadas para depois de 20 de junho para garantir o quorum necessário e que já começou a falar com lideranças para esquadrihar votos.

"Não podemos ir para o plenário com o risco de perder", disse. Para Maia, é preciso ter 350 votos contabilizados para assegurar aprovação com folga. Uma mudança na Constituição precisa de 308 votos em dois turnos para ser aprovada na Casa. O presidente da Câmara afirmou ainda que, resolvendo algumas questões pendentes, como a permanência de estados e municípios, a transição para servidores públicos e o abono salarial, "é possível construir maioria consistente".

Maia voltou a defender a permanência de estados e municípios na reforma, mas reconheceu a resistência de deputados favoráveis à proposta em assumir o ônus no lugar de aliados a governos de oposição. Caso os governadores rivais do Planalto não entrem em campo para convencer deputados de suas bases, afirmou, estados correm o risco de ficar de fora.

Ele disse ainda que os deputados estão pedindo "coerência" de todos que votaram pela proposta, sem irem contra medida considerada necessária pelo próprio estado. Maia alertou, porém, que há pouco tempo para relator e líderes construírem acordo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO POMBAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 - Abertura: 17/06/2019 às 09h00min. (horário local) Aquisição de materiais Permanentes para equipar e atender as diversas Secretarias do Município de Ribeira do Pombal. **PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019** - Abertura: 18/06/2019 às 09h00min. (horário local) Aquisição de veículos novos 0 Km tipo motocicleta para atender as diversas Secretarias do Município de Ribeira do Pombal. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital e seus anexos na Comissão Permanente de Licitação situada na Praça Domingos Ferreira de Brito, s/n, Bairro Centro, Ribeira do Pombal, Estado da Bahia, CEP 48.400-000, no horário das 08h00min às 12h00min, telefax (75) 3276-4968. Ribeira do Pombal, 03 de junho de 2019. Anís Paula Soboposto Nogueira - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019. A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público a SUSPENSÃO do Tomada de Preço nº 002/2019, objetivando Contratação de Empresa Especializada para a prestação de serviços técnicos especializados na área de engenharia e urbanismo para elaboração de projeto básico de macrodrenagem, urbanização e paisagismo nos bairros Florais Léa e Santa Cruz, que será realizado no dia 04 de Junho 2019, às 09:00h, horário local, na sala de Licitação do Município de Luis Eduardo Magalhães - BA, em virtude de correções do Projeto Básico, após realizados os ajustes do Edital e seus Anexos, o aviso de licitação será republicado com nova data para abertura do certame. Quaisquer informações pelo telefone (71) 3629-8051 ou através do e-mail: cpl.licitacao@pmem.ba.gov.br. Luis Eduardo Magalhães - BA, 03 de Junho de 2019. Pamela Sakie de Andrade Sakumoto Barcellos.

SECRETARIA DA SAÚDE | **Estado da Bahia**
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2019 - ID: 769790 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - HOSPITAL ESPECIALIZADO OCTAVIO MANGABEIR. Abertura: 14/06/2019, às 09h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF). Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATÓRIO - TESTE DO SUOR. Família(s): 65.05. Site: www.licitacoes-e.com.br. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: becom.copel@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3117-1634 / 3117-1622 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h30m às 17h30m no COPEL. Endereço: Praça Conselheira João Alfredo, S/Nº, Pau Miúdo, Salvador, 03 de junho de 2019 - Bahia. Maria Cristina Teixeira dos Reis Silva - Pregoeira.

SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE | **Estado da Bahia**
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 332/2019 - ID - 768679 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - DIRETORIA DE LICITAÇÕES. Abertura: 17/06/2019 às 10h (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF). Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO HOSPITALAR (ROBE, TOALHA E ETC.) - "REGISTRO DE PREÇO". Família: 65.31. O edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: cristina.torres@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-4307 / 3115-4340 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 17h30min no endereço: 4ª Avenida nº 400 - Plataforma VI Lado "B" 1º andar, Sala 112, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - Bahia, 27/05/2019. Cristina de Oliveira Santana Torres - Pregoeira Oficial.

SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE | **Estado da Bahia**
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 352/2019 - ID - 769563 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - DIRETORIA DE LICITAÇÕES. Abertura: 18/06/2019 às 10:00h (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF). Objeto: Aquisição de materiais de uso hospitalar (CONJUNTO PARA DRENAGEM E MANDRIL) - "REGISTRO DE PREÇO". Família: 65.15. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: catarine.dalgado@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-4307 / 3115-4340 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 17h30min no seguinte endereço: 4ª Avenida nº 400 - Plataforma VI Lado "B" 1º andar, Sala 112, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - Bahia, 03/06/2019. Catarine Oliveira Dalgado - Pregoeira Oficial.

SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE | **Estado da Bahia**
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2019 - ID: 769344 - SECRETARIAS DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC). Abertura: 17/06/2019, às 09h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Objeto: Aquisição de Medicamento: BENZILPENICILINA, PARACETAMOL, ÁCIDO fólico e ETC. - "REGISTRO DE PREÇO". Família(s): 65.02. Site: www.licitacoes-e.com.br. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: luciana.chaves@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-8343/3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª avenida nº 400 - Plataforma VI Lado "B" 1º andar, sala 112, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 30/05/2019. Luciana de Jesus Chaves - Pregoeira (e) Oficial.

SESAB

Se o déficit continuar crescendo, a União é que vai pagar a conta. Não podemos ir para o plenário com o risco de perder

Rodrigo Maia

Presidente da Câmara, ao defender permanência de estados e municípios na reforma da Previdência

Chefe do Tesouro quer pressão de governadores sobre deputados

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou ontem que os governadores deveriam vir à Brasília esta semana e pressionar os deputados para que os estados não sejam excluídos da reforma da Previdência. Em entrevista à rádio CBN, Mansueto explicou que a retirada dificultaria o ajuste de contas, pois cada ente federativo teria de aprovar sua própria alteração de regras previdenciárias.

Para Mansueto, estados e municípios acabariam enfrentando uma "briga longa junto ao Poder Legislativo local". "Nós temos hoje uma realidade muito clara em quase todos os estados do Brasil. Em média, dois terços dos servidores públicos estaduais estão em regimes especiais de aposentadoria e se aposentam, em média, aos 49 anos de idade. Eu vou falar isso de forma muito clara: enquanto no Brasil as pessoas estiverem se aposentando aos 49, 50, 50 e tantos anos, não haverá ajuste fiscal neste país", declarou.

A retirada dos estados da reforma tem potencial para mantê-los no rastro de uma

trajetória explosiva de rombo nos regimes de aposentadoria e pensão dos servidores estaduais. O déficit, que hoje se aproxima de R\$ 100 bilhões por ano, tende a quadruplicar até 2060, caso nada seja feito, alertou relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, de acordo com reportagem publicada ontem pelo jornal O Estado de S. Paulo.

"Não é interessante adiar a reforma (para os estados).

100 B

de reais é o déficit anual dos estados com a Previdência, segundo estudo do Senado

400

bilhões é o quanto esse rombo chegaria em 2060

Interessante é que se resolve o mais rapidamente possível, dado o desequilíbrio que vai aumentar ao longo do tempo", afirma Josué Pellegrini, analista da IFI, que assina o estudo especial sobre a Previdência nos estados.

No relatório, a IFI diz que, se os governadores decidissem cobrar hoje todas as contribuições previdenciárias futuras para pagar os benefícios a serem concedidos, faltariam R\$ 5,2 trilhões. O chamado déficit atuarial representa quase toda a renda gerada pelo país num ano.

Pellegrini chama a atenção para o fato de esse passivo previdenciário ser muito superior à dívida que estados têm com a União e com bancos, que chega a R\$ 700 bilhões e já foi renegociada diversas vezes. "Os estados também precisam renegociar suas obrigações previdenciárias por meio da mudança das regras", acrescenta Pellegrini. Sem resolver o rombo na Previdência, afirmou, muitos governadores podem ser obrigados a bater novamente às portas da União pedindo socorro.

NEGÓCIOS

POR FLÁVIO OLIVEIRA



[f /blogs/farol-economico](#)

O MELHOR É PREVENIR, SEMPRE

●● O atendimento é realizado com foco na pessoa, levando em consideração os contextos familiar e comunitário. O cuidado é prestado de forma personalizada, por uma equipe de referência, que conhece bem o paciente

Luiz Eduardo Perez

Superintendente de Novos Negócios da CNU

Com a inflação médica quatro vezes maior que a oficial e sem poder repassar toda a diferença aos usuários, cada vez mais as operadoras de planos de saúde procuram investir – sozinhas ou em parceria com as organizações que as contratam – em programas de promoção à saúde. A Central Nacional Unimed (CNU) é uma das pioneiras em seguir a filosofia do é melhor prevenir que remediar e comemora, agora em junho, o primeiro ano de inauguração, em Salvador, de sua clínica no modelo AIS – Atenção Integral à Saúde. De acordo com a operadora, esse novo modelo resgata a figura do médico de família (uma realidade do SUS há mais de 20 anos), que vai personalizar o atendimento, orientando sobre exames e cuidados necessários tanto para a cura quanto para a prevenção de enfermidades. A ideia da CNU é que a clínica atenda os usuários do plano com uma equipe multidisciplinar e centralize todo o histórico médico de seus clientes; de modo a fortalecer a relação médico-paciente e evitar gastos desnecessários com consultas, exames, dentre outros procedimentos. Segundo o superintendente de Novos Negócios da Central Nacional Unimed, Luiz Eduardo Perez, o sistema AIS reduz em 40% o número de exames pedidos, em 30% as consultas com especialistas, em aproximadamente outros 30% nas idas em pronto-atendimento (emergências de hospitais e clínicas) e em 20% as internações. Outro ganho destacado pelo executivo para as empresas contratantes é a diminuição do absenteísmo para ida a consultas em até 60%.

TIM investe na Copa América

Mesmo sem divulgar valores, a TIM a pedido da coluna, elencou seus investimentos para garantir a qualidade de seus serviços durante a Copa América em Salvador. Entre eles estão a ampliação de capacidade 4G no Estádio Arena Fonte Nova, com adição de equipamento nos espectros 1800 e 2100 MHz (em parceria com outras operadoras); manutenção e balanceamento de tráfego nas antenas da infraestrutura do estádio; ativação de reforço de cobertura com COW (móvel/transportável) no aeroporto de Salvador; ativação de cobertura nas estações do metrô em Salvador; e montagem e operação de sala de monitoração e otimização da rede durante os jogos. O primeiro teste da infraestrutura ocorreu no jogo Bahia e São Paulo, que definiu, na semana passada, a passagem do tricolor baiano para as quartas de final da Copa do Brasil. Diretor de Vendas Consumer da TIM Nordeste, Daniel Moreira também anunciou que a companhia voltará a aportar recursos em produções culturais da Bahia, desde que já aprovadas pelo Faz Cultura. A Bahia, segundo ele, é um estado prioritário para a operadora, mas o estado, neste momento, vai ficar de fora dos testes que a empresa faz para a adoção do 5G no Brasil. Serão três sites de avaliação em Santa Catarina, Paraíba e Minas Gerais.

Flávio Oliveira é editor de Economia Negócios e escreve às terças-feiras

ASSEBA
Associação dos Servidores da Saúde Afins da Administração Direta do Estado da Bahia

TEMOS AUXÍLIO FINANCEIRO COM VANTAGENS PARA VOCÊ, SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL:

- SEM CONSULTA AO SPC / SERASA
- LIBERAÇÃO DO CRÉDITO EM ATÉ 48 HORAS
- MARGEM EXCLUSIVA PARA AS ASSOCIAÇÕES

E AINDA: ASSISTÊNCIA MÉDICA, ODONTOLÓGICA E LABORATORIAL SEM CUSTO ADICIONAL!

COMPAREÇA À SEDE DA ASSOCIAÇÃO OU PROCURE UM AGENTE CREDENCIADO.

**Avenida Centenário nº. 43 – Vale dos Barris
Salvador/BA
Telefone: (71) 2202-7800
Visite o nosso site: www.asseba.com**

Veículo: Correio Brasiliense	Caderno: Economia
Data: 04/06/2019	Página: -

CORREIO BRAZILIENSE

Bolsonaro envia ao Congresso projeto sobre Plano de Equilíbrio Fiscal dos Estados

A publicação do Diário Oficial não traz o teor do projeto, que foi batizado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de 'Plano Mansueto'

Agência Estado

postado em 04/06/2019 10:00 / atualizado em 04/06/2019 10:01



Nome do projeto é em referência ao secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida(foto: Minervino Junior/CB/D.A Press)

O presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei complementar que trata de Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF) dos Estados. A formalização do envio da matéria consta de mensagem presidencial publicada no *Diário Oficial da União*(DOU) desta terça-feira (4/6).

De acordo com o despacho, o texto "estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012 e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001".

A publicação do *Diário Oficial* não traz o teor do projeto, que foi batizado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de "Plano Mansueto", em referência ao secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

O PEF vinha sendo estruturado nos últimos meses pela equipe econômica e, como o *Broadcast*, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, antecipou em maio, poderá dar um alívio aos governadores de até R\$ 40 bilhões em quatro anos. O programa permitirá aos Estados ter mais crédito para pagar funcionários e fornecedores, entre outras despesas, desde que se comprometam a adotar medidas de ajuste.

Veículo: Correio Brasiliense	Caderno: Economia
Data: 03/06/2019	Página: -

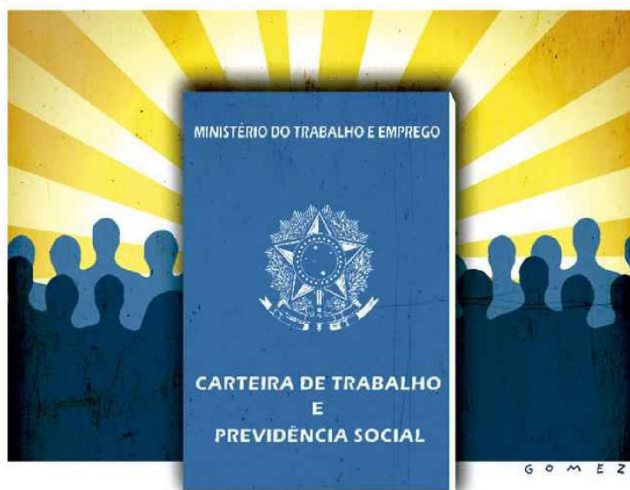
CORREIO BRAZILIENSE

Sem reforma, déficit dos Estados deve subir 300% até 2060, diz órgão do Senado

Déficit está em aproximadamente R\$ 100 bilhões por ano

Agência Estado

postado em 03/06/2019 12:25 / atualizado em 03/06/2019 12:25



(foto: Caio Gomez/CB/D.A Press)

A retirada dos Estados da reforma da Previdência tem potencial para mantê-los no rastro de uma trajetória explosiva do rombo nos regimes de aposentadoria e pensão dos servidores estaduais. O déficit, que hoje se aproxima de R\$ 100 bilhões por ano, tende a quadruplicar até 2060, caso nada seja feito. O passivo previdenciário atual e futuro dos Estados é maior inclusive que a dívida desses governos com a União e com bancos, alerta a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado.

A permanência dos Estados e municípios na reforma virou impasse diante da resistência do Congresso Nacional em "assumir o ônus político" pelo endurecimento das regras no lugar de governadores e deputados estaduais. O desejo deles é que qualquer alteração fique a cargo das assembleias.

A equipe econômica já deu indicações de que não pretende entrar nessa bola dividida. Mas o relator da reforma, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), disse no sábado que os técnicos ainda trabalham numa solução para permitir que a reforma valha também para os governos regionais. Ele reconheceu, porém, que qualquer desfecho dependerá do apoio e dos votos das lideranças na Câmara.

"Não é interessante adiar a reforma (para os Estados). Interessante é que se resolva o mais rapidamente possível, dado o desequilíbrio que vai aumentar ao longo do tempo", afirma Josué Pellegrini, analista da IFI, que assina o estudo especial sobre a Previdência nos Estados.

No relatório, a IFI diz que, se os governadores decidissem cobrar hoje todas as contribuições previdenciárias futuras para pagar os benefícios a serem concedidos, faltariam R\$ 5,2 trilhões. O chamado déficit atuarial representa quase toda a renda gerada pelo País num ano.

Pellegrini chama a atenção para o fato de esse passivo previdenciário ser muito superior à dívida que Estados têm com a União e com bancos, que chega a R\$ 700 bilhões e já foi renegociada

diversas vezes. "Os Estados também precisam renegociar suas obrigações previdenciárias por meio da mudança das regras", afirma Pellegrini.

Ele lembra inclusive que, sem resolver o rombo na Previdência, muitos governadores podem ser obrigados a bater novamente às portas da União pedindo socorro. "Os governadores deveriam ser os primeiros a apoiar a inclusão dos Estados na reforma", diz. "Temos um problema muito sério, pois essa dívida previdenciária está aumentando. Vai ocupar espaço de outras despesas."

Considerando o número de segurados dos regimes próprios dos Estados, é como se a população tivesse de cobrir, via tributos, um rombo de R\$ 1,1 milhão por servidor para que eles recebam suas aposentadorias nos moldes das regras atuais.

Policiais militares se aposentam em média aos 49,9 anos. Entre servidores civis estaduais, essa idade era de 58,7 anos, segundo dados de 2017. Muitos ainda podem se aposentar com o último salário da carreira (mesmo que acima do teto do INSS, hoje em R\$ 5.839), graças à chamada integralidade.

Déficit

O estudo da IFI cita projeções do ex-secretário de Previdência Marcelo Caetano, que estimou que o déficit previdenciário em 2060 será quatro vezes o de 2013, já descontada a inflação. Para equilibrar esse quadro, só uma alíquota de 54% cobrada sobre os salários - o que significaria um confisco de mais da metade da remuneração do funcionalismo.

Além de endurecer as regras de acesso à aposentadoria, a reforma prevê que os Estados elevem a arrecadação aumentando as alíquotas previdenciárias e instituindo cobrança extra, em caso de desequilíbrio profundo nas contas - desde que a alíquota total não passe de 22%.

Diante do risco de ficar de fora da proposta, os Estados voltaram a se articular. Os governadores do PSDB - João Doria (SP), Eduardo Leite (RS) e Reinaldo Azambuja (MS) - vão se reunir com o relator para discutir o tema hoje.

Leite disse que uma alternativa ao impasse seria prever aplicação imediata das novas regras em Estados com determinado perfil demográfico (com população mais velha) de dívida e de déficit previdenciário. Essa opção valeria para 8 a 10 Estados de forma automática. Os demais precisariam validar as regras com leis aprovadas em suas assembleias.

O presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Jonas Donizette, também convocou prefeitos a convencer deputados federais a manter os governos regionais na proposta. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 04/06/2019	Caderno: Ana Carla Abrão



Miopia

O déficit da Previdência dos Estados e municípios equivale hoje a 2% do PIB

Ana Carla Abrão*, O Estado de S.Paulo

04 de junho de 2019 | 04h00

Aumenta a pressão para que se retire a revisão dos regimes próprios de Estados e municípios da proposta de reforma da Previdência. Essa pressão surge principalmente das entidades representativas dos servidores públicos, famosas por defenderem com afincos os fartos privilégios conquistados ao longo dos anos. Os argumentos aqui são tão familiares quanto falhos, como se seus representados não estivessem no topo da distribuição de renda do Brasil ou se 55 anos de idade não fosse cedo demais para se aposentar num país cuja expectativa de sobrevida já supera os 82 anos de idade. Infelizmente, os ouvidos dos nossos congressistas parecem moucos aos números e aos contra-argumentos, mas muito sensíveis aos votos e ao barulho que essas entidades trazem à cena a cada rodada de discussões.

O outro argumento usado para se tirar os Estados e municípios da reforma se baseia numa conta política. Nessa conta, na ausência de uma manifestação contundente de apoio por parte dos governadores e prefeitos, mais vale empurrar o desgaste para as Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores. Assim, deixa-se o ônus para os deputados estaduais e vereadores, que estariam hoje só assistindo a votação de um projeto que se assume impopular. Vários governadores e prefeitos já se manifestaram publicamente a favor e vêm trabalhando com suas bancadas pela aprovação. Ainda assim, nossos congressistas se ressentem pelos que se fingem de mortos e pelos que trabalham contra e vêm nisso a justificativa para se eximir de enfrentar um problema que é, além de tudo, nacional.

O déficit da Previdência dos Estados e municípios equivale hoje a 2% do PIB e, lembremos, se refere exclusivamente ao déficit das aposentadorias de servidores

públicos. Se focarmos apenas nos Estados, o déficit financeiro já supera os R\$128 bilhões, número que representa um crescimento de 137% nos últimos 5 anos. Só para fins de comparação, na União, o déficit do regime próprio cresceu 36% no mesmo período, atingindo R\$ 92,5 bilhões. Esses são dados divulgados pelo economista Paulo Tafner, que há muito estuda o assunto. A Instituição Fiscal Independente (IFI), também divulgou análises importantes e alertou para o crescimento exponencial dos déficits estaduais, graças a fatores como a baixa contribuição previdenciária e às regras que permitem aposentadorias precoces e benefícios generosos, além da crescente desproporção entre servidores ativos e inativos.

Estados são os principais provedores de serviços públicos básicos como educação, saúde e segurança. Esses serviços dependem, além de um contingente grande de servidores adequadamente remunerados, também de investimentos e recursos para a sua manutenção. Planejamento, gestão e correta alocação de recursos entre despesas de pessoal, de custeio e investimentos são condições necessárias para que se possa melhorar a vida das pessoas que dependem do Estado. Trata-se de gerar oportunidade, mas também de garantir dignidade a uma enorme parcela da população brasileira.

Mas como planejar, alocar e gerir corretamente os recursos públicos se, ainda com base nos números de Paulo Tafner, das 27 unidades federativas, nada menos do que 12 têm um passivo previdenciário que supera em dez vezes sua receita corrente líquida (RCL)? As outras 15 têm comprometimentos entre 2 e 5 vezes a RCL, mas com trajetória que lhes garantirá situação equivalente às 12 primeiras. Isso significa, mesmo para os que fingem não ver, que não há futuro para os Estados sem a reforma da Previdência. Não havendo futuro para os Estados, não há futuro para o Brasil.

Retirar Estados e municípios da reforma da Previdência é atestar a miopia dos nossos governantes. À exceção daqueles que vêm defendendo bravamente a manutenção da proposta original, como reafirmaram ontem os governadores Eduardo Leite (RS), João Dória (SP) e Reinaldo Azambuja (MS), os que temem perder os votos de servidores públicos e/ou suas cadeiras para os deputados estaduais que hoje se protegem de um tema espinhoso, estão sendo míopes. Míopes por não enxergarem que lhes caberá a conta de seus Estados quebrados. Míopes por não entenderem o custo que imporão aos

seus eleitores. Míopes por não identificarem na falta de uma reforma ampla as causas da contínua piora da nossa economia. Míopes por não conseguirem ver além do seu interesse individual, quando a sociedade hoje clama que olhem por todos. Míopes, acima de tudo, por quererem desperdiçar a oportunidade de ajudar o Brasil.

FOLHA DE S.PAULO

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Omissão estadual

Cresce pressão para limitar a reforma da Previdência à União; no interesse de suas gestões, governadores deveriam defender o texto com afincamento muito maior

Uma combinação de cálculo político mesquinho, oportunismo e covardia ameaça tirar os estados e municípios da proposta de reforma da Previdência em tramitação na Câmara dos Deputados.

O cálculo é de parlamentares que, aliados ao governo federal, não querem arcar com o ônus de contrariar as corporações de servidores estaduais e municipais. Assim, defendem votar um texto que atinja somente a clientela do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os servidores da União.

Some-se a isso o oportunismo de quem, mesmo ciente do flagelo das contas previdenciárias, faz oposição demagógica à reforma na expectativa de que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e outras siglas assumam o desgaste da tarefa.

Nesse aspecto destacam-se governadores de oposição, a maioria da região Nordeste, que em público se dedicam a enfatizar apenas discordâncias em relação ao texto, em vez de buscar a negociação.

Por fim, há a covardia da maioria dos governadores favoráveis à mudança nas regras de aposentadoria, cuja atuação política em

favor da proposta tem sido pífia.

Ainda que os Executivos estaduais exerçam influência modesta nas bancadas do Congresso, resta um trabalho essencial de convencimento da opinião pública, ao qual os mandatários deveriam se dedicar com afincamento muito maior.

Está em jogo, afinal, a solvência — em alguns casos, imediata — de suas administrações.

Os dados mais atualizados do Tesouro Nacional apontam que os déficits previdenciários dos estados e do Distrito Federal somaram R\$ 94 bilhões em 2017, com alta de 11% acima da inflação ante 2016.

No Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, o rombo consome mais de 20% da receita, segundo a Instituição Fiscal Independente, vinculada ao Senado. A depender do critério, em Minas Gerais também.

Não por acaso, são os estados cuja situação orçamentária se mostra mais dramática, a comprometer a prestação de serviços públicos.

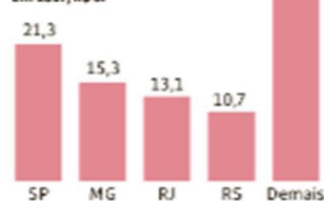
O déficit de São Paulo, o maior em termos absolutos, encontra-se entre 10% e 15% da arrecadação. Santa Catarina e Rio Grande do Norte estão na faixa de 15% a 20%. Em todos os entes federativos, incluindo os municipais, a tendência é de piora se nada for feito.

Decerto que cada um pode fazer suas próprias reformas, e diversos já cuidaram de elevar a contribuição previdenciária dos servidores.

Entretanto esse caminho se mostra longo e incerto, dado o poder de pressão local das corporações. A Câmara deveria buscar meios de manter estados e prefeituras atrelados às normas em debate.

Déficit previdenciário dos estados

Em 2017, R\$ bi



Fonte: Tesouro Nacional.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Painei
Data: 04/06/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Plano Mansueto abre brecha para governadores enquadrarem Judiciário em corte de gastos

Na alegria e na tristeza O “[Plano Mansueto](#)”, [programa de socorro financeiro aos estados](#), aterrissou na Casa Civil. O texto da equipe econômica prevê que, para acessar financiamentos, os governadores escolham três medidas de ajuste fiscal de um cardápio com sete opções. Uma delas cria a figura da “unidade de tesouraria”, que centralizaria as contas de todos os Poderes, impondo restrições de gastos para além dos governos locais. A independência orçamentária tem preservado o Judiciário de cortes.

Formalidades A proposta finalizada pelo [time de Paulo Guedes](#) foi remetida à Casa Civil para uma última análise antes da remessa ao Congresso. O “Plano Mansueto” vai tramitar como projeto de lei complementar.

Parte que te cabe A “unidade de tesouraria” é uma forma de incluir legislativos e judiciários locais no esforço de contenção de gastos num cenário que combina estados endividados e perdas na arrecadação.

Fogo alto O debate sobre a exclusão de estados e municípios da reforma da Previdência ampliou a pressão por um ato enfático de políticos do Nordeste a favor da proposta.

Sem subterfúgio Há, porém, divergências entre expoentes da região. Enquanto [governadores](#) reivindicam a exclusão de alguns itens do projeto, ACM Neto, prefeito de Salvador e presidente do DEM, quer que o Congresso obrigue os que quiserem aderir ao novo regime a formalizar a decisão.

Manga arregaçada Neto avisou que vai trabalhar ativamente para convencer parlamentares a encamparem seu entendimento. A maioria do DEM já teria aderido à tese de que governadores e prefeitos devem, no mínimo, enviar projeto de lei às assembleias ou câmaras municipais explicitando a adesão às novas regras de aposentadoria.

A união... O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), diz que os colegas devem “colaborar com o esforço que o Congresso está fazendo” e se mobilizar não só [para ampliar o apoio](#) dentro de seus partidos à reforma como também o das bancadas regionais.

...faz a força Helder e os outros dois governadores do MDB, o do DF e o de AL, desembarcam em Brasília nesta quarta (5) para conversar com o partido e com deputados de suas unidades federativas.

Esforço concentrado A meta das centrais sindicais é colocar [nas ruas na greve geral](#) chamada para o dia 14 de junho ao menos a mesma quantidade de pessoas que aderiram à de abril de 2017, contra as reformas da Previdência e trabalhista de Michel Temer.

Trava tudo Os sindicalistas atuam para atrair trabalhadores da área de transportes –metroviários e ferroviários, por exemplo. Qualquer ato com a adesão dessas categorias surte forte impacto, especialmente nas grandes cidades.

Recordar é viver Em 2017, [segundo registro da Folha](#), houve manifestações em 130 cidades, e interrupção do transporte público em ao menos 38.

Nervo exposto Há risco de a sensação de paralisia que incomoda integrantes do Senado desaguar sobre as [costas do presidente da Casa, Davi Alcolumbre \(DEM-AP\)](#). Parlamentares se queixam de perda de relevância e esperam que ele proponha um plano na reunião de líderes desta terça (4).

Nervo exposto 2 [Adversário de Davi](#) na eleição pelo comando do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL) tem feito desagravos ao democrata em reuniões privadas.

Nervo exposto 3 Lembrado como “exemplo a ser seguido” pelos que reclamam da inércia, Renan tem dito que a maneira como o governo centralizou o debate em projetos que estão na Câmara prejudica o Senado, ainda que o presidente da Casa esteja fazendo um bom trabalho.

Às claras O [deputado Junior Bozella, que deve assumir a vice-presidência do PSL-SP](#), prepara o convite a Janaina Paschoal para integrar o conselho de ética estadual da sigla. “Ela contribuiria para a transparência nas ações partidárias”, diz. Janaina, em suas redes, negou ter sido procurada para tratar do assunto.

TIROTEIO

A falta de agenda prejudica a reforma. É inútil prometer o paraíso se as pessoas não acreditarem que fazem parte desse futuro

Do deputado Arthur Maia (DEM-BA), sobre as críticas de que o governo Bolsonaro segue sem um plano estrutural para o país

FOLHA DE S.PAULO

Relator e governo avaliam manter apenas estados endividados na reforma

Com emenda sugerida à equipe econômica, entes com situação fiscal sólida e governados por opositores não teriam mudanças imediatas

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

BRASÍLIA Em meio à discussão sobre o destino dos servidores estaduais na reforma da Previdência, está em estudo uma emenda para que as medidas tenham efeito imediato só para estados mais endividados.

Assim, entes governados pela oposição ao presidente Jair Bolsonaro (PSL) e com situação fiscal mais sólida seriam excluídos da reforma.

É o caso de Bahia e Rio Grande do Norte, governados pelos petistas Rui Costa e Fátima Bezerra, e Pernambuco, comandado por Paulo Câmara (PSB). Os três integram o grupo mais contrário à reforma.

O critério para a linha de corte nos estados prevê que as medidas mais duras para aposentadorias de servidores tenham efeito imediato quando a dívida consolidada estadual for igual ou superior a 70% em relação à receita corrente líquida, apurada em 2017.

Com isso, a reforma teria validade para São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Goiás, Acre, Alagoas e os estados da região Sul.

A sugestão foi apresentada a técnicos do governo e ao relator da reforma, Samuel Mo-

+
QUEM TERIA IMPACTOS IMEDIATOS COM EMENDA

- São Paulo
- Minas Gerais
- Rio de Janeiro
- Mato Grosso do Sul
- Goiás
- Acre
- Alagoas
- Paraná
- Santa Catarina
- Rio Grande do Sul

reira (PSDB-SP), que passou a ter preferência pela emenda.

Os estados que não se encaixarem poderiam aprovar projetos de lei com o endurecimento das regras de aposentadorias dos servidores nas respectivas Assembleias.

A ideia tenta criar um parâmetro técnico que resolva um problema político.

A tese é que os estados devem ter autonomia para fazer as próprias regras para os servidores. A União tem, porém, de se responsabilizar pelos que têm dívida alta, ou terá de arcar com um socorro.

Mas a emenda também apresenta falhas, pois estados que apoiam a reforma, como Espírito Santo, ficariam fora do grupo com efeitos imediatos.

A sugestão ainda está em estudo, assim como uma solução para municípios. A situação dos estados é considerada emergencial para a equipe econômica. Poupar esses servidores ameaçaria o impacto da reforma na recuperação do país.

Técnicos do Ministério da Economia argumentam que o sistema previdenciário de estados e municípios precisa ser reestruturado diante da crise nas contas públicas, mas a pressão no Congresso para

derrubar esse item é grande.

Embora o déficit anual na Previdência dos estados esteja próximo de R\$ 90 bilhões, deputados não querem ter o desgaste de aprovar medidas impopulares enquanto governadores e prefeitos fazem campanha contra a proposta.

Na avaliação de Moreira e da equipe econômica, com o cenário na Câmara, um texto mantendo o efeito para estados e municípios não passará.

Ele se reuniu, nesta segunda (3), com os governadores de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. O encontro foi uma tentativa de o governador paulista, João Doria (PSDB), pressionar o relator.

Doria convocou, ainda no fim de semana, uma entrevista coletiva para depois da reunião sem consultar Moreira. O deputado acabou frustrando as expectativas do governador, que queria uma posição clara a favor de manter os servidores estaduais na reestruturação previdenciária.

No encontro, o relator adotou posição mais próxima à da Câmara, ressaltando que quem tem voto são os deputados. Por isso, avisou que governadores precisam melhorar a articulação com líderes partidários. **Thiago Resende**

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 04/06/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Relator e governo estudam deixar só estados endividados na Previdência

Estados da oposição ou situação fiscal confortável ficariam de fora da Previdência

4.jun.2019 às 2h00

Thiago Resende
Brasília

Em meio à discussão sobre o destino dos servidores estaduais na [reforma da Previdência](#), está em estudo uma emenda para que as medidas tenham efeito imediato apenas para os estados mais endividados.

Assim, estados governados pela oposição ao [presidente Jair Bolsonaro \(PSL\)](#) e com situação fiscal mais sólida seriam excluídos da reforma.

É o caso da Bahia e do Rio Grande do Norte, governados respectivamente pelos petistas Rui Costa e Fátima Bezerra, além de Pernambuco, comandado por Paulo Câmara (PSB). Os três integram o grupo mais contrário à reforma da Previdência.

O critério para a linha de corte nos estados prevê que as novas regras para aposentadorias de servidores tenham efeito imediato quando a dívida consolidada estadual for igual ou superior a 70% em relação à receita corrente líquida, apurada no ano de 2017.

Relator da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira defende como melhor alternativa manter estados e municípios na reforma - Pedro Ladeira/Folhapress

Com isso, a reforma teria validade para São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Goiás, os estados da região Sul, Acre e Alagoas.

A sugestão foi elaborada por especialistas em Previdência e apresentada a técnicos do governo e ao relator da reforma, Samuel Moreira (PSDB-SP), que passou a ter forte preferência pela emenda.

Os estados que não se encaixarem no requisito poderiam ainda aprovar um projeto de lei com o endurecimento das regras de aposentadorias dos servidores nas respectivas Assembleias.

A ideia em discussão é uma tentativa de criar um parâmetro técnico e que resolva um problema político.

A tese é que os estados devem ter autonomia para fazer as próprias regras para os servidores. A União tem, porém, de se responsabilizar pelos que tem dívida alta, ou então terá de arcar com um socorro.

A emenda, contudo, também apresenta falhas, pois alguns estados, como Espírito Santo, que apoiam a reforma ficariam fora do grupo com efeitos imediatos.

Apesar de ser vista como uma forma de agradar a maior parte dos governadores defensores da reestruturação da Previdência, a sugestão ainda está em estudo, assim como uma solução para os municípios.

A situação dos estados é considerada emergencial, na avaliação da equipe econômica. [Poupar os servidores estaduais](#) ameaçaria o impacto da reforma na recuperação econômica do país.

Técnicos do Ministério da Economia argumentam que o sistema previdenciário de todos os estados e os municípios precisa ser reestruturado diante da crise nas contas públicas, mas a pressão no Congresso para derrubar esse item é grande.

Embora o déficit anual na Previdência dos estados esteja próximo de R\$ 90 bilhões, deputados não querem ter o desgaste político em aprovar medidas impopulares, enquanto governadores e prefeitos fazem campanha contra a proposta.

Integrante de um partido favorável à reestruturação da Previdência, Moreira não quer poupar os funcionários de estados e municípios do endurecimento das regras, pois ele considera grave o problema fiscal desses entes.

O relator e a equipe econômica, porém, avaliam que, diante do cenário atual na Câmara, um texto mantendo o efeito para todos os estados e os municípios não deverá ser aprovado, prejudicando, assim, o ajuste nas contas da União.

Moreira se reuniu, nesta segunda-feira (3), com governadores de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

O encontro foi uma tentativa de o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), pressionar o relator, que estudava [excluir estados e municípios da reforma](#).

Doria convocou, ainda no fim de semana, uma coletiva de imprensa para depois da reunião desta segunda sem consultar Moreira.

O deputado, todavia, acabou frustrando as expectativas do governador, que queria uma posição clara a favor de manter os servidores estaduais na reestruturação previdenciária.

No encontro, o relator adotou uma postura mais próxima à Câmara, ressaltando que [quem tem voto são os deputados](#). Por isso, avisou que os governadores precisam melhorar a articulação com líderes partidários.

Embora sejam do mesmo partido, a reação de Doria, no fim de semana, à possibilidade de estados e municípios ficarem fora da reforma desagradou parte da bancada do PSDB e o relator. O governador tucano disse que isso seria deplorável.

Veículo: O Globo	Online
Data: 04/06/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Previdência: reforma pode incluir apenas estados mais endividados e com maior proporção de idosos

Proposta prevê adesão automática de 10 governos locais, entre eles o Rio

Geralda Doca, Sílvia Amorim e Rennan Setti

04/06/2019 - 04:30 / Atualizado em 04/06/2019 - 09:51

BRASÍLIA e RIO — Diante da reação de parte dos governadores, especialmente de João Doria (PSDB), de São Paulo, com a exclusão de **estados e municípios** da [reforma da Previdência](#), o relator da proposta, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), busca uma solução intermediária. Uma alternativa em estudo está numa emenda apresentada por consultores do Congresso e que tem o aval do governo. Ela fixa critérios pelos quais as novas regras seriam automáticas para estados e municípios de acordo com o nível de **endividamento** e a proporção de **idosos**.

Quer saber quanto tempo falta para você se aposentar? Simule aqui na [calculadora da Previdência](#)

Na prática, a medida garantiria que dez estados do país aderissem: Acre, Alagoas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Boa parte destes estados está em situação de calamidade nas contas públicas, pressionadas pelas despesas com aposentadorias. A regra prevê a adesão automática de entes com dívida igual ou superior a 70% da receita corrente líquida (disponível para gastar) apurada em 2017 e percentual de idosos na população igual ou maior que 10%. Os estados que não se enquadrarem só poderiam aderir mediante a aprovação de lei ordinária em assembleia.

Aposentadoria : [Servidor público que ingressou na carreira até 2003 pode ter regra de transição mais suave](#)

A retirada dos governos regionais da reforma é defendida por partidos do centrão sob o argumento de que, no formato sugerido pelo governo, apenas os parlamentares teriam de arcar com o ônus político do projeto. A emenda ajudaria a vencer a resistência de estados governados pela oposição, especialmente no Nordeste, como Piauí, Paraíba, Ceará e Pernambuco.

Previdência: [Um terço das cidades brasileiras tem mais aposentados do INSS que trabalhadores formais](#)

Para esses, a reforma só valeria se as mudanças fossem aprovadas em assembleias legislativa e câmaras de vereadores. Uma das principais queixas dos deputados é que os governadores do Nordeste “fazem jogo duplo”, ao apoiar a reforma em Brasília, mas atacam a proposta quando estão nas suas bases.

Situação dos municípios

Os critérios para incluir estados na reforma e excluir outros são os mesmos para as prefeituras. Ou seja, se o estado entrar, os municípios também entram. Se o estado ficar de fora e aprovar mudanças no regime de aposentadoria na assembleia, seus municípios são abrangidos pela mudança.

Existem no país 2.111 regimes próprios de previdência (RPPS) municipais. As contas dos municípios estão em melhor situação que a dos estados. Nas capitais, porém, os RPPS tiveram déficit somado de R\$ 7,26 bilhões em 2017.

Contas públicas: [Déficit dos regimes estaduais salta de R\\$ 47,4 bi para R\\$ 88,5 bi em quatro anos](#)

Segundo a justificativa da emenda, enquanto alguns estados estão em situação mais confortável, outros enfrentam dificuldades até para pagar salários. “Não podemos lavar as mãos em relação àqueles (estados) que enfrentam grave desequilíbrio financeiro”. A proposta argumenta que a fatura sempre sobra para a União, que é obrigada a executar programas para socorrer estados mais necessitados.

A emenda procura resgatar medidas do texto da reforma, como dar opção a governadores para editar em até dois anos decreto para elevar a contribuição dos servidores para 14%, criar alíquota extraordinária limitada a 8% e ampliar a base de contribuições extraordinárias de aposentados e pensionistas.

Guia da Previdência: [Entenda as mudanças propostas pelo governo Bolsonaro](#)

A proposta faz parte de um conjunto de alternativas que o relator pretende apresentar aos líderes dos partidos. Há mais três opções: manter o texto como sugeriu o governo ou retirar os estados da reforma, mas permitir a adesão por meio da aprovação de lei ordinária em assembleia (quem não tomar iniciativa num prazo de seis meses poderia ficar sem receber transferências voluntárias).

Outra hipótese é seguir o modelo da reforma apresentada no governo de Michel Temer, pelo qual as mudanças seriam automáticas após seis meses. Neste prazo, os estados poderiam aprovar regras próprias.

Sessão da CCJ para votação do relatório da reforma da Previdência. Proposta foi aprovada por 48 votos Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil / Agência O Globo Após votação na CCJ, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, defende a instalação da

Comissão Especial até a próxima terça-feira Foto: Adriano Machado / Reuters O presidente Jair Bolsonaro na chegada ao Congresso para entrega da proposta que muda

o sistema de Previdência dos militares Foto: Will Shutter / Câmara Bolsonaro entregou ao Congresso a PEC da Previdência, mês passado. A tramitação do texto depende do calendário da proposta da reforma dos militares Foto: Marcos Corrêa/PR

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, enfatiza que a reforma é o caminho para assegurar o pagamento dos benefícios de quem já se

aposentou e das futuras gerações Foto: Adriana Lorete / Agência O Globo O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ressalta que a reforma também tem que encontrar 'uma saída' para os estados, cujas finanças estão fragilizadas Foto:

Em almoço com os tucanos Doria, Eduardo Leite (RS) e Reinaldo Azambuja (MS), o relator da proposta fez apelo para que outros governadores se posicionem publicamente a favor da inclusão de estados e municípios na reforma:

— É importante que cada governador se manifeste neste momento. O déficit da Previdência dos estados e municípios é de R\$ 96 bilhões (projetado). Se projetarmos esse valor para dez anos, é praticamente a meta que o governo

federal pretende economizar com a reforma. Não faz sentido equacionar a previdência do governo federal e deixar estados e municípios de lado.

Veículo: O Globo	Online
Data: 12/02/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Reforma pode abranger só os 10 estados mais endividados

Casos serão analisados em combinação com percentual de idosos na população

Proposta apresentada por consultores do Congresso, com aval do governo, está sendo avaliada pelo relator da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), após reação dos governadores à exclusão de estados e municípios do texto. A ideia é que eles sejam incluídos nas novas regras de forma automática, de acordo com o nível de endividamento e a proporção de idosos na população. Com a medida, dez estados entrariam na reforma, entre eles o Rio. Os demais estados poderiam aderir mediante mudança na lei ordinária.

Diante da reação de parte dos governadores, especialmente de João Doria (PSDB), de São Paulo, com a exclusão de estados e municípios da reforma da Previdência, o relator da proposta, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), busca uma solução intermediária. Uma alternativa em estudo está numa emenda apresentada por consultores do Congresso que tem o aval do governo. Ela fixa critérios pelos quais as novas regras seriam automáticas para estados e municípios de acordo com o nível de endividamento e a proporção de idosos. Na prática, a medida garantiria que dez estados do país aderissem: Acre, Alagoas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Boa parte destes estados está em situação de calamidade nas contas públicas, pressionadas pelas despesas com aposentadorias. A regra prevê a adesão automática de entes com dívida igual ou superior a 70% da receita corrente líquida (disponível para gastar)

apurada em 2017 e percentual de idosos na população igual ou maior que 10%. Os estados que não se enquadrarem só poderiam aderir mediante a aprovação de lei ordinária em assembleia.

A retirada dos governos regionais da reforma é defendida por partidos do centrão sob o argumento de que, no formato sugerido pelo governo, apenas os parlamentares teriam de arcar com o ônus político do projeto. A emenda ajudaria a vencer a resistência de estados governados pela oposição, especialmente no Nordeste, como Piauí, Paraíba, Ceará e Pernambuco. Para esses, a reforma só valeria se as mudanças fossem aprovadas em assembleias legislativas e câmaras de vereadores. Uma das principais queixas dos deputados é que os governadores do Nordeste “fazem jogo duplo”, ao apoiarem a reforma em Brasília, mas atacam a proposta quando estão nas suas bases.

APELO AOS ESTADOS

Os critérios para incluir estados na reforma e excluir outros são os mesmos para as prefeituras. Ou seja, se o estado entrar, os municípios também entram. Se o estado ficar fora e aprovar mudanças no regime de aposentadoria na assembleia, seus municípios são abrangidos pela mudança.

Existem no país 2.111 regimes próprios de previdência (RPPS) municipais. As contas dos municípios estão em melhor situação que as dos estados. Nas capitais, porém, os RPPS tiveram déficit somado de R\$ 7,26 bilhões em 2017.

Segundo a justificativa da emenda, enquanto alguns estados estão em situação mais confortável, outros enfrentam dificuldades até para pagar salários. “Não podemos lavar as

mãos em relação àqueles (estados) que enfrentam grave desequilíbrio financeiro”. A proposta argumenta que a fatura sempre sobra para a União, que é obrigada a executar programas para socorrer estados mais necessitados.

A emenda procura resgatar medidas do texto da reforma, como dar opção a governadores para editar em até dois anos decreto para elevar a contribuição dos servidores para 14%, criar alíquota extraordinária limitada a 8% e ampliar a base de contribuições extraordinárias de aposentados e pensionistas.

A proposta faz parte de um conjunto de alternativas que o relator pretende apresentar aos líderes dos partidos. Há mais três opções: manter o texto como sugeriu o governo ou retirar os estados da reforma, mas permitir adesão por meio da aprovação de lei ordinária em assembleia (quem não tomar iniciativa num prazo de seis meses poderia ficar sem receber transferências voluntárias). Outra opção é seguir o modelo da reforma apresentada no governo de Michel Temer, pelo qual as mudanças seriam automáticas após seis meses. Neste prazo, os estados poderiam aprovar regras próprias.

Em almoço com os tucanos Doria, Eduardo Leite (RS) e Reinaldo Azambuja (MS), o relator da proposta fez apelo para que outros governadores se posicionem publicamente a favor da inclusão de estados e municípios na reforma:

— É importante que cada governador se manifeste neste momento. O déficit da Previdência dos estados e municípios é de R\$ 96 bilhões (projetado). Se projetarmos esse valor para dez anos, é praticamente a meta que o governo federal pretende economizar com a reforma. Não faz sentido equacionar a previdência do governo federal e deixar estados e municípios de lado.

Os governadores presentes repetiram que atuam para convencer deputados do PSDB e de partidos de suas bases a apoiarem a reforma para os três níveis de governo.

SAÍDA INTERMEDIÁRIA

Regras da reforma podem valer para apenas parte dos estados

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA POR ESTADO (EM R\$ BILHÕES)

CRITÉRIOS PARA ADESÃO AUTOMÁTICA À REFORMA:

dívida equivalente a

70%

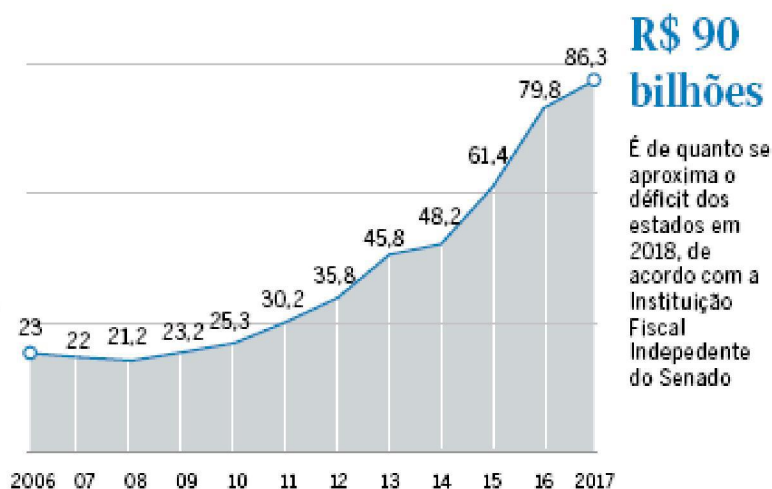
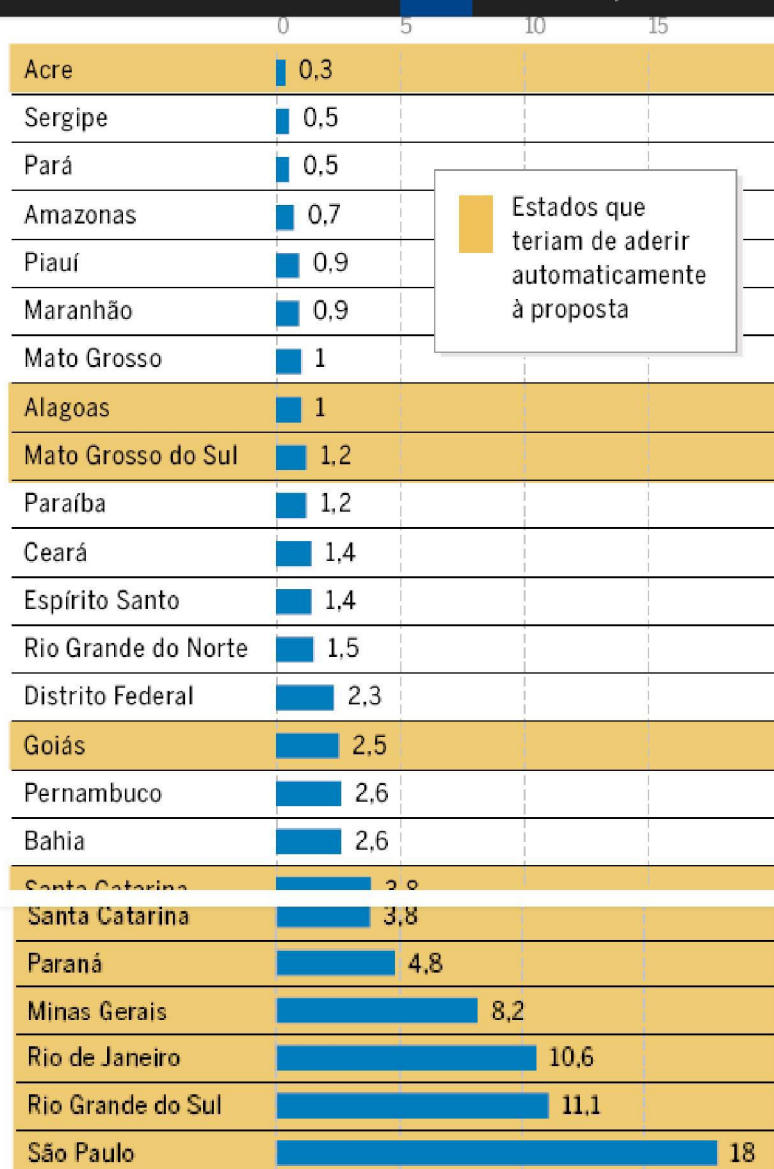
ou mais da receita disponível para gastar e percentual de idosos igual ou maior que

10%

A EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DOS ESTADOS (EM R\$ BILHÕES)

Fonte: Secretaria da Previdência, Firjan e Raul Velloso

Editoria de Arte



Veículo: O Globo	Online
Data: 04/06/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Servidor pré-2003 pode ter transição mais suave

Elite do funcionalismo vem fazendo 'lobby' para facilitar acesso a benefícios como integralidade e paridade. No regime geral de Previdência, regra de cálculo da aposentadoria seria mantida em 100% dos salários



Na pressão. O relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira, vem sendo alvo do “lobby” dos servidores

Pressionado pela elite do funcionalismo, incluindo juízes, procuradores, conselheiros dos Tribunais de Contas e consultores legislativos, o relator da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), estuda incluir no relatório uma regra de transição para os servidores que ingressaram na carreira até 2003.

O texto enviado pelo Executivo ao Congresso exige que esses servidores cumpram idade mínima — de 65 anos (homem) e 62 anos (mulheres) — para ter direito à integralidade (último salário) e paridade (mesmo reajuste salarial dos ativos). No entanto, para aprovar a proposta, uma alternativa é criar uma regra de transição tendo como base a idade mínima atual do funcionalismo (60 anos para homens e 55 anos para mulheres), além de um pedágio sobre o tempo que faltar para a aposentadoria.

O valor do pedágio ainda está em avaliação, mas, se for fixado em 100%, por exemplo, uma mulher com 52 anos teria que trabalhar mais seis anos para ter direito à integralidade e paridade, não mais dez anos, conforme prevê hoje o texto da reforma. No caso de um homem com 53 anos de idade, ele precisaria trabalhar mais 14 anos, mas antes disso, atinge a idade mínima de 65 anos. Neste caso, vale o critério mais vantajoso.

Tanto o relator da proposta quanto técnicos da equipe econômica não gostariam de ceder neste ponto para não prejudicar o discurso de que a reforma combate os privilégios. No entanto, há um temor de que o lobby de algumas categorias no Congresso seja mais forte. A ideia é ter algo na mão para evitar perder tudo. Ou seja, que esses servidores continuem se aposentando com pouco mais de 50 anos, em condições mais vantajosas em relação aos demais trabalhadores.

O relator também fará outros ajustes na proposta. Vai reduzir para 57 anos a idade mínima de aposentadoria das professoras. O texto do governo prevê o mesmo para homens e mulheres: 60 anos.

BPC FICARIA DE FORA

Segundo interlocutores, também já está praticamente certo que o relator manterá em seu parecer a nova regra de cálculo do benefício previsto no texto da reforma, que considera todas as contribuições que o segurado fez para o sistema. Há pressão para manter a norma atual, com base em 80% dos maiores salários, que é mais vantajosa, já que os 20% menores são descartados. A medida tem impacto relevante no ganho fiscal porque influencia o valor de todos os benefícios da Previdência. Só no INSS, o impacto é de R\$ 102 bilhões em dez anos.

Na tentativa de manter outro item polêmico da reforma, o novo regime previdenciário de capitalização —que a equipe econômica pretende criar depois da reforma, no qual os trabalhadores poupam para a própria aposentadoria —, o relator deverá prever uma contribuição obrigatória para os empregadores em percentual igual ao dos trabalhadores.

Também está certo que o relatório vai excluir das mudanças o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e deficientes de baixa renda. O governo também aceita recuar na cobrança obrigatória dos trabalhadores rurais. Mas insiste na elevação da idade de aposentadoria das mulheres do campo, dos atuais 55 para 57 anos. O impacto estimado dessa medida é de R\$ 92 bilhões em dez anos.

Tribuna

BC quer desenvolver mercado de capitais e estimular o país

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, anunciou ontem o lançamento de um grupo de trabalho para desenvolver o mercado de capitais e estimular o crescimento da economia. É o que mostra reportagem de Karina Trevizan, G1.

“Nós temos uma Selic de 6,5%, mas quando olhamos alguns canais de transmissão, eles não se fazem apropriados e o recurso não chega no lugar onde ele deveria, ou com a eficiência devida, porque nós temos muitos problemas micro”, disse Campos Neto.

As medidas, que farão parte de uma iniciativa batizada de “Iniciativa Mercado de Capitais”, ou IMK, foram anunciadas em conjunto com o Ministério da Economia, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima) e Superintendência de Seguros Privados (Susep).

“Ter a taxa de juros a 14, 15, 16% é igual a pilotar um avião sem instrumento. Você consegue ver até a nuvem. Mas quando os juros caem é como se você

começasse a ver todo o horizonte, todas as imperfeições que existem em sua volta. Eu acho que é muito importante que todos entendam que, tão importante quanto a parte macro, agora é importante a gente focar na parte micro”, disse Campos Neto.

MEDIDAS

Campos Neto disse que os objetivos do grupo de trabalho são “propor medidas de aperfeiçoamento regulatório”, “estimular o crescimento da poupança de longo prazo” e “desenvolver os mercados de capitais, de seguro e de previdência complementar”. A coordenação será do BC.

“Nossos esforços serão voltados à modernização e ampliação do ecossistema de instrumentos de private equity, do mercado imobiliário, de hedge, de mercado de derivativos, além de produtos de seguradoras, entre outros”, listou o presidente do BC.

Ele disse ainda que o grupo pretende simplificar o acesso ao mercado financeiro para os investidores, tanto pequenos quanto grandes, além de estrangeiros.

Tribuna

Estados deveriam pressionar para ficar na reforma



MANSUETO ALMEIDA defendeu que governadores marchem para Brasília para pressionar para que os estados não sejam excluídos da reforma

ALEXANDRO MARTELLO,
G1 — BRASÍLIA

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou ontem que os governadores deveriam vir à Brasília nesta semana e pressionar os deputados para que os estados não sejam excluídos da reforma da Previdência. Em entrevista à rádio CBN, Mansueto explicou que a retirada dos entes federativos da reforma que tramita na Câmara dos Deputados dificultaria o ajuste de contas, pois cada estado e município teria de aprovar sua própria alteração de regras

previdenciárias. Na análise de Mansueto, eles teriam, nesse caso, de passar por uma "briga longa junto ao poder legislativo local". "Eu acho assim: qualquer governador deveria estar nesta semana em Brasília pressionando, conversando, dialogando, mostrando a importância de eles ficarem na reforma da Previdência. Isso vale para qualquer governador do Brasil, seja do Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte, ou do Nordeste".

Se permanecerem dentro da reforma, as mudanças passariam a "valer automaticamente" para eles, observou Mansueto Almeida. "Nós temos hoje uma realidade

muito clara em quase todos os estados do Brasil. Em média, dois terços dos servidores públicos estaduais estão em regimes especiais de aposentadoria e se aposentam, em média, aos 49 anos de idade. Eu vou falar isso de forma muito clara: enquanto no Brasil as pessoas estiverem se aposentando aos 49, 50, 50 e tantos anos de idade, não haverá ajuste fiscal [das contas públicas] neste país".

A retirada dos Estados da reforma da Previdência tem potencial para mantê-los no rastro de uma trajetória explosiva do rombo nos regimes de aposentadoria e pensão dos servidores esta-

duais. O déficit, que hoje se aproxima de R\$ 100 bilhões por ano, tende a quadruplicar até 2060, caso nada seja feito.

REVIRAVOLTA

Secretário diz que governadores deveriam ir a Brasília pressionar para que estados não fiquem fora da reforma

Tribuna

Expectativa de crescimento do Brasil em 2019 é reduzida pela 14ª vez, a 1,13%

A expectativa para o crescimento econômico do Brasil foi reduzida mais uma vez na pesquisa Focus do Banco Central divulgada nesta segunda-feira após o país voltar a registrar contração no primeiro trimestre. É o que mostra reportagem da Reuters.

O levantamento mostrou que os economistas consultados cortaram pela 14ª vez seguida a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) este ano, passando a ver uma expansão de 1,13%, de 1,23% antes.

A economia brasileira iniciou 2019 com contração de 0,2% no primeiro trimestre, com fraqueza em indústria, agropecuária e investimentos, na primeira queda trimestral desde o fim de 2016.

O cenário confirma o quadro de dificuldades da economia e as preocupações com as perspectivas, embora a estimativa do PIB para 2020 no Focus tenha permanecido em uma expansão de 2,50%.

A pesquisa semanal mostrou também ajuste nas contas para a inflação, com a alta do IPCA neste ano estimada em



4,03%, de 4,07% antes. Para 2020 permanece a perspectiva de uma inflação de 4,0%.

O centro da meta oficial de 2019 é de 4,25 por cento e, de 2020, de 4 por cento, ambos com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

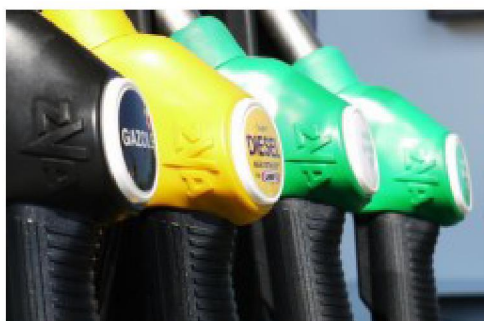
Apesar da fraqueza da economia, o BC deve

manter a taxa básica Selic no atual patamar de 6,5% até o final do ano, segundo os economistas consultados, elevando a taxa para 7,25% no fim de 2020, em cenário inalterado. O Top-5, grupo dos que mais acertam as previsões, também manteve suas contas, com a Selic a 6,5% este ano e a 7,0% em 2020.

04/06/2019 - 05:00

CNPE discute medidas para mercado de combustíveis

Por André Ramalho



O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deve definir hoje algumas medidas para o mercado de abastecimento de combustíveis. Segundo duas fontes, a expectativa é que uma resolução seja publicada, definindo diretrizes que incentivem a entrada de novos agentes no setor. Regras de verticalização do setor, a permissão para que as usinas de etanol vendam diretamente para os postos e a autorização para que os revendedores comprem combustível de qualquer distribuidor são algumas das medidas em estudo.

O aumento da competição no mercado de combustíveis é um assunto que vem sendo tratado em várias frentes, tanto na Agência Nacional de Petróleo (ANP) quanto no Ministério de Minas e Energia (MME). A pasta chegou a lançar, em abril, o programa "Abastece Brasil", que visa estimular a concorrência no abastecimento, enquanto o órgão regulador vem debatendo desde 2018, em resposta à greve dos caminhoneiros, uma série de medidas para reduzir as barreiras de entrada no mercado.

A pauta de discussões da ANP é bem ampla. Entre as propostas, a agência estuda permitir que as usinas de etanol possam vender diretamente para os postos, sem passar pelo intermédio das distribuidoras. Segundo nota técnica publicada pelo órgão regulador, não existem impeditivos regulatórios para a liberação, que, de acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), poderia contribuir para ampliar a concorrência no setor.

Outro tema da agenda da ANP é a verticalização do setor. A agência rediscute internamente as regras atuais que impedem que o distribuidor seja também revendedor varejista; e que o produtor e importador vendam diretamente para revendedores, sem passar pelas distribuidoras.

Além disso, a agência avalia se dá ou não ampla liberdade aos postos para comprarem combustível de quem quiserem, independentemente da bandeira que ostentem - encerrando, portanto, a chamada tutela regulatória da fidelidade à bandeira. Hoje, um posto "bandeirado" só pode adquirir e vender combustível fornecido pelo distribuidor com o qual possui acordo para exibição da marca. Já o revendedor que não tenha optado por exibir a marca comercial de um distribuidor específico - o "bandeira branca" - não pode exibir a marca comercial de nenhum distribuidor em suas instalações.

No setor de gás liquefeito de petróleo (GLP), a agência discute se permitirá ou não que distribuidoras vendam gás em botijões de outras marcas e se autorizará o enchimento fracionado de botijões - um sistema que viabilizaria a recarga de recipientes e que o consumidor possa comprar volumes de acordo com sua demanda, e não somente botijões uniformizados.

Segundo uma fonte, a percepção no comando da ANP é de que a regulação atual possui muitas "regras restritivas" na distribuição. Em nota técnica publicada neste ano, o órgão regulador destacou que, entre 2017 e 2018, os reajustes praticados pela Petrobras na gasolina foram acompanhados pelas distribuidoras, mas em intensidades diferentes e com certa defasagem temporal, "o que permite identificar um fenômeno de assimetria na transmissão de preços" que "sugere que há falta de competição no setor". A nota sugere, então, a "reavaliação de alguns dispositivos normativos" para que "sejam promovidas mudanças estruturais" para fomentar a concorrência no mercado.

O **Valor** apurou, contudo, que algumas das medidas da ANP não são consenso dentro da equipe técnica. Algumas das propostas mexem com os ânimos das distribuidoras. As três líderes do mercado (BR, Ipiranga e Raízen) estão todas listadas na bolsa e reclamam que os debates levantados pela ANP criam um clima de insegurança para investidores, segundo uma fonte de uma das companhias.

Em abril, ao lançar o programa "Abastece Brasil", o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, adotou um discurso mais moderado, ao afirmar que ainda não havia propostas fechadas e que a ênfase estava na entrada de novos agentes e na livre concorrência, mas por meio de um ambiente de negócios pautado "na estabilidade, com segurança jurídica e regulatória, e na previsibilidade".

04/06/2019 - 05:00

Governadores pressionam deputados a manter Estados dentro da reforma

Por Carolina Freitas e Raphael Di Cunto

Governadores articulam-se para pressionar os deputados federais a manterem Estados e municípios no texto da reforma da Previdência que tramita no Congresso Nacional. O texto original da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2019, proveniente do governo Jair Bolsonaro, prevê que as mudanças nas regras de aposentadoria pelo INSS e de servidores federais se estendam a funcionários públicos estaduais e municipais. Na última semana, porém há um movimento por parte de parlamentares para excluir esse trecho na comissão especial - e evitar o desgaste dos deputados e senadores perante o funcionalismo estadual. O líder do Cidadania, Daniel Coelho (PE), apresentou emenda nesse sentido. Em resposta, governadores do PSDB e do MDB iniciaram um trabalho de pressão para tentar barrar a alteração na PEC.



Doria: "Não há cabimento em destacar Estados e municípios da reforma"

Governador de São Paulo, o tucano João Doria fez um primeiro movimento ontem ao convocar entrevista coletiva ao lado do relator da reforma na comissão especial, Samuel Moreira (PSDB-SP), no Palácio dos Bandeirantes. Estavam presentes os outros dois governadores do partido, Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, e Reinaldo Azambuja, do Mato Grosso do Sul. O relator havia sido convidado há vinte dias para um almoço ontem com Doria. E só. Na noite de domingo foi surpreendido ao saber, por meio de assessores, que o governo paulista havia chamado a imprensa para entrevista depois do almoço, com a participação de Moreira. O deputado adiou a passagem aérea para voltar a Brasília e participou da coletiva.

Moreira concordou com a manutenção dos Estados e municípios na reforma, mas ressaltou que o relatório não refletirá apenas as suas convicções. "Queremos construir um relatório que possa ser aprovado. Queremos construir maioria antes de apresentar o relatório." Ele deixou claro que sua prioridade foi dialogar com deputados e seus líderes. "Os governadores não votam, quem votam são os deputados. Primeiro, a gente precisa convencer os deputados", disse, diante de Doria, Leite e Azambuja. "Não concordo que governador tem que pressionar ninguém. Deputado não tem que ser pressionado. Diálogo faz parte do processo, mas pressão não."

Doria disse ter apresentado a posição dos governadores tucanos ao relator e ao líder do partido na Câmara, Carlos Sampaio (SP), também no encontro. "Reafirmamos de maneira clara e objetiva a posição de apoio integral à reforma e à manutenção de Estados e municípios", discursou Doria. "Os governadores do PSDB entendem de forma uníssona que não há o menor cabimento em destacar Estados e municípios da reforma."

Leite afirmou que a Previdência deve ser resolvida em nível nacional porque "a União é a soma das partes". "Se uma parte não estiver saudável, vai contaminar o todo, e todos serão chamados adiante a socorrer aquele Estado", disse. Azambuja contou ter pedido a Moreira que veja a "importância" de se construir uma "Previdência equânime a todos os Estados e municípios". "Quando não inclui Estados e municípios, você os exclui de uma lógica previdenciária."

Ao final da entrevista, Doria chamou uma assessora para filmar no celular um vídeo para as redes sociais. Resumiu o encontro e deu as mãos para Leite e Azambuja. Azambuja uniu as mãos às de Moreira; e Leite, às de Carlos Sampaio.

Em outra frente, governadores do MDB marcaram reunião amanhã com deputados do partido para levantar a mesma bandeira dos tucanos. Participarão do encontro Renan Filho, de Alagoas, Helder Barbalho, do Pará, e Ibaneis Rocha, do Distrito Federal.

Em Brasília, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse acreditar que Moreira vai, no relatório, incluir Estados e municípios, mas que esse ponto acabará caindo na hora da votação. Segundo Maia, há um "movimento majoritário" na Câmara e no Senado pela exclusão de servidores estaduais e municipais do texto. Apesar de o presidente da Casa defender esse trecho do texto original, ele disse entender quem cobra "coerência" dos deputados que são contrários à reforma.

Moreira disse que apresentará o relatório na comissão especial entre quinta-feira, dia 6, e segunda-feira, dia 10 de junho. Maia avisou ontem que começou a contar votos para aprovação da reforma. "Não podemos correr o risco de ir para o plenário numa votação dessas sem os votos necessários", disse Maia. O projeto será pautado quando contar com 350 votos a favor, informou o presidente da Casa, que vai cancelar viagens de deputados a partir do dia 20 para garantir quórum.

Apesar da pressão sobre o relator, nem Doria nem Leite garantiram que mudariam a Previdência estadual. Os três governadores tucanos foram questionados se, caso os Estados sejam excluídos da reforma, eles encaminhariam para as Assembleias Legislativas uma proposta nos mesmos moldes. Só Azambuja assentiu: "Enfrentamos a questão da Previdência em 2017, votando o que era possível no âmbito estadual. Se não for possível, claro que nós vamos encaminhar de novo, igualando à federal."

Doria respondeu que "São Paulo não tem plano B, só A: manter Estados e municípios na reforma". Leite afirmou que prefere usar seu "capital político" em outras medidas. "Enfrentamos uma pauta de intensas reformas no Rio Grande do Sul. Se o Congresso não incluir Estados e municípios, deixamos de aproveitar nosso capital político para outras reformas", disse.

O PSDB tem, na comissão especial da Previdência, três deputados como titulares, um do Mato Grosso do Sul, um do Rio Grande do Sul e um de São Paulo - o próprio relator, que só vota se houver empate. O MDB conta com o mesmo número, um do Rio Grande, um do Maranhão e outro do Mato Grosso.

04/06/2019 - 05:00

Justiça impede inclusão de sócios em processos administrativos fiscais

Por **Beatriz Olivon**

Duas liminares, uma da Justiça Federal do Amazonas e outra do Rio de Janeiro, afastaram a possibilidade de a Receita Federal incluir sócios e administradores de empresas em processos administrativos fiscais que ainda não foram julgados. As decisões impedem a aplicação da Instrução Normativa nº 1.862, de 2018.

A norma editada pela Receita autoriza a inclusão de sócios e diretores fora do momento em que é feita a autuação. Permite o redirecionamento no despacho que nega a declaração de compensação (Dcomp) e durante o processo administrativo fiscal, desde que antes do julgamento de primeira instância.

Prevê ainda que a medida pode ser adotada após a decisão definitiva na esfera administrativa e antes da inscrição em dívida ativa ou quando o crédito tributário for confessado em declaração constitutiva.

Nos dois casos, os contribuintes ingressaram com mandados de segurança para, de forma preventiva, evitar a inclusão de sócios e administradores em cobranças decorrentes de pedidos de compensação tributária negados ou não homologados, com aplicação da multa isolada de 50% - prevista no artigo 74, parágrafo 17, da Lei nº 9.430, de 1996. Argumentaram que a norma é inconstitucional e ilegal.

No Rio de Janeiro, o juiz federal Marcus Livio Gomes, da 12ª Vara Federal da capital, ao conceder liminar no fim de maio, considerou que a instrução normativa não afronta a Constituição Federal (processo nº 5029 464-48.2019.4.02.5101). Porém, entendeu que a aplicação de multa viola o princípio constitucional da proporcionalidade.

"A multa cria obstáculos, com certeza, ao direito de petição do contribuinte, pois, diante da possibilidade de lhe ser aplicada a pena pecuniária, produz justo receio, a ponto de desestimulá-lo a efetivar o pedido da compensação a que teria direito", diz o juiz na decisão. A liminar impede a inclusão de sócios e administradores da empresa no polo passivo dos processos de compensação e de lançamentos de ofício que discutam a multa isolada.

A outra liminar foi concedida em abril pela 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Estado do Amazonas (processo nº 1001 029-42.2019.4.01.3200). No processo, a empresa alega que teve pedidos de restituição e compensação negados, dando origem a disputas na esfera administrativa que ainda não foram julgadas.

Na decisão, o juiz federal Ricardo Augusto de Sales afirma que não cabe à Receita ampliar as hipóteses previstas no Código Tributário Nacional (CTN) e criar critérios de responsabilidade tributária sem respaldo legal. Ele cita o artigo 135 da norma. O dispositivo prevê que diretores e gerentes são pessoalmente responsáveis por créditos tributários resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração à lei, contrato social ou estatutos.

O magistrado também cita no texto da liminar a Súmula 430 do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O texto diz que "o inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente".



Marcelo Annunziata: há um movimento grande da Receita de colocar em processos multa isolada e responsabilizar sócios

Segundo o juiz, a IN nº 1.862 contraria regras estabelecidas no campo do direito empresarial. Ele acrescenta que a possibilidade de mudar o polo passivo de processos administrativos pendentes de julgamento, para incluir terceiros que não foram originalmente indicados, acabou realizando alteração de critério jurídico.

De acordo com os advogados Marcelo Sales Annunziata e Marcelo Rocha, do Demarest Advogados, que assessoram as empresas, para a responsabilização de sócios e administradores é necessário existir fraude ou prática de atos contra a lei. Não basta, acrescentam, mero inadimplemento.

"Vemos um movimento grande da Receita Federal de colocar, em muitos processos, multa isolada e responsabilizar sócios e administradores", afirma Annunziata. Para o advogado, há uma tentativa de constrangê-los.

"A matéria de responsabilidade tributária é muito sensível para a Receita tratar. Partimos do pressuposto de que o órgão não deve legislar em nenhuma situação, muito menos em matéria de responsabilidade tributária", diz Rocha.

A advogada Daniella Zagari, do Machado Meyer Advogados, entende que a instrução normativa não pode ser uma carta em branco para a responsabilização de gestores apenas pelo não pagamento de tributos. Para ela, a norma tem sido usada como um mecanismo para criar responsabilidades inexistentes. "Mero indeferimento de compensação com multa não significa que houve prática de ato doloso ou fraudulento que possa ser imputado a sócio", afirma.

Por nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou que recorreu da liminar concedida no Estado do Amazonas e aguarda julgamento do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. Sobre a outra liminar, o órgão não deu retorno até o fechamento da edição.

04/06/2019 - 05:00

Levy quer BNDES livre do 'funding' do governo em 10 anos

Por Claudia Safatle

O projeto do presidente do BNDES, Joaquim Levy, é tornar o banco independente do "funding" do governo nos próximos dez anos. "Eu quero emitir LCA [Letras de Crédito Agrícola], ter acesso aos recursos do FGTS e quero poder emitir debêntures para financiar investimentos."

Se há no governo quem se incomode e faça críticas à suposta lentidão das ações do BNDES para, de imediato, ajudar no financiamento do desequilíbrio fiscal, o foco de Levy está no respeito à lei e na construção de um novo banco de desenvolvimento. Ele advoga uma instituição que vai se "desmamar" dos recursos do Tesouro Nacional e ser menos dependente do dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, que está deficitário e recorrentemente pedindo devolução de dinheiro ao banco.



Levy: "Quero emitir LCA, ter acesso aos recursos do FGTS e quero poder emitir debêntures para financiar investimentos"

O BNDES vai trabalhar com o mercado e apoiar os projetos de investimentos em infraestrutura, saneamento, pequenas e médias empresas e inovação.

Para isso, porém, vai precisar de uma sólida estrutura de capital para poder acessar o mercado de capitais interno e externo e, inclusive, dar garantias a projetos de infraestrutura tocados pelo setor privado.

O Tesouro espera receber, neste ano, R\$ 126 bilhões de antecipação da devolução de empréstimos ao BNDES para fechar as contas com o déficit na meta. O banco devolveu recentemente R\$ 30 bilhões e, no fim do mês, vai visitar seu balanço para ver se tem condições de devolver mais uma parte. Foi Levy, aliás, que, quando ministro da Fazenda, no governo de Dilma Rousseff, começou a devolução antecipada de parte dos recursos emprestados pelo Tesouro ao BNDES.

Um dos cuidados necessários a essa operação, regulada por lei, é estar seguro de que o dinheiro que será objeto de devolução não será usado pelo BNDES por absoluta falta de demanda por projetos de investimentos. "Devolver o dinheiro para que a União cumpra a regra de ouro não é 'despedalar'", justificou um técnico do banco, especializado em finanças públicas. Ou seja, não é função do BNDES socorrer o Tesouro Nacional em casos de estrangulamento fiscal. Ao contrário, qualquer iniciativa dessa natureza deve obedecer à ótica do interesse do banco, diz o TCU (Tribunal de Contas da União).

"O papel do BNDES é o de indutor [do investimento e, portanto, do crescimento]", define Levy. "Ele deve ser uma ferramenta para ajudar no financiamento e no planejamento da economia", completa. Caberá ao acionista (Tesouro Nacional) e ao Conselho de Administração definir qual o tamanho da capitalização possível do BNDES para que possa exercer as funções citadas acima. O Conselho de Administração, que será presidido pelo economista Gustavo Franco, deve tomar posse nesta sexta-feira.

O banco perdeu a vantagem comparativa que tinha no passado, quando operava com crédito subsidiado. Hoje o estoque de financiamentos em TJLP é mais caro do que a taxa Selic. Se há três ou quatro anos a relação era de TJLP de 7% ao ano para Selic de 14% ao ano, hoje ela é de 7% para 6,5%, respectivamente. Resultado: os grandes devedores querem pré-pagar os seus financiamentos e trocá-los por debêntures incentivadas. E não há procura por novas operações, seja porque estão mais caras do que a Selic, seja por pouquíssimas intenções de investimento.

O BNDES está em uma encruzilhada. Os cinco meses de governo foram dedicados à negociação com os Estados para privatizar as companhias de saneamento básico. A medida provisória do saneamento caducou e o governo deverá mandar um projeto de lei para o Congresso daqui a 60 ou 90 dias, sem prazo para aprovação.

Praticamente pronto para concluir as discussões com sete Estados, não foi possível assinar contratos de concessão das empresas de saneamento. Isso por que os governos estaduais esperam ansiosamente receber algum benefício do governo federal, no âmbito do plano de reestruturação das finanças dos Estados, que os livre de ter que privatizar qualquer coisa.

Com uma carteira bem maior do que a da Caixa em ações da Petrobras, o BNDES deixou para o outro banco federal a primazia de ir mercado vender esses papéis. A urgência da Caixa é bem maior do que a do BNDES por necessidade de balanço. Além disso, o corpo técnico do BNDES recomendou que não sejam alienadas já as ações da Petrobras. A recomendação técnica foi de esperar até setembro por um melhor momento do mercado para colocar essas ações à venda.

Há dois meses o BNDES espera a aprovação de uma diretoria para a BNDESPar, o braço de participações acionárias do banco de desenvolvimento. O objetivo, nesse caso, é criar uma governança especial para a BNDESPar, que detém um estoque de R\$ 114 bilhões em ações das mais diversas empresas, mas falta aprovação do Ministério da Economia. Há quem, no governo, defenda simplesmente extinguir esse braço do banco. Assim como há quem não veja função para o BNDES.

Agora o banco de desenvolvimento está concluindo a venda de ações da Totvs, das debêntures da Vale (que dependem de decisão do TCU) e da parte da União no IRB. Acabou de assinar, também, um acordo com o governo do Rio Grande do Sul para vender a empresa de energia (CEEE).

Uma coisa é certa. Quem conhece Joaquim Levy sabe que ele não coloca seu CPF em decisões precipitadas e que não estejam integralmente amparadas por lei. Dilma Rousseff e Lula também o criticavam por ser assim.